

DA RIO-92 À RIO +20: UM BREVE BALANÇO DE DUAS DÉCADAS

Leandro Dias de Oliveira – UFRRJ

leandrodias@ufrj.br

RESUMO

Em 2012, vinte anos após a realização da Eco-92, ocorreu Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), que reuniu 193 delegações diplomáticas para discutirem na cidade do Rio de Janeiro o modelo de desenvolvimento sustentável. Este artigo, baseado em uma leitura geopolítica destes encontros, objetiva refletir sobre a construção deste receituário “inconteste” para a consecução de um equilíbrio sócio-ecológico planetário, cujo escopo é o ajuste da natureza aos interesses econômicos através de estratégias para a conservação das riquezas naturais situadas, em maior parte, no território dos países periféricos. Neste breve balanço, é possível perceber as incongruências, limites e potencialidades de sua implementação em diversas escalas e diferentes realidades.

Palavras-chave: Rio-92 [Eco-92] – Geopolítica – Desenvolvimento Sustentável – Meio Ambiente – Rio + 20.

INTRODUÇÃO

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, marcou uma importante etapa nas conferências internacionais. Dividida entre a Cúpula da Terra, realizada no Riocentro, e o Fórum Global, no Aterro do Flamengo, foi um momento culminante da trajetória de construção do *desenvolvimento sustentável*, através de uma coalizão geopolítica, mas também pelo fortalecimento da atuação de representantes da sociedade civil, com a efetiva participação das ONGs e dos movimentos sociais no Fórum Global. Durante a Rio-92, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se uma simulação espacial da ordem global, na medida em que se reproduziu na escala do lugar das tensões da Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável (OLIVEIRA, 2011a e 2011b). “*Pensar globalmente, agir localmente*”, um *slogan* comum nas políticas de implantação do desenvolvimento sustentável, pode ser aqui adequado ao modelo de estruturação de toda a conferência.

Mário Ruivo alertava, apenas um ano após a Conferência do Rio de Janeiro, que a mesma não deveria ser julgada pelos seus resultados imediatos, aparentemente débeis e aquém do desejado (RUIVO, 1993). Os seus resultados “*aparentemente débeis*” podem explicar o desapontamento de Maurice Strong no discurso final da conferência, e também o fato do “*day-after*” à *conferência das Nações Unidas* ter sido “*marcado por um sentimento de frustração entre personagens diretamente envolvidos*” (FERREIRA, 1995, p. 54). Teria sido a Conferência do Rio de Janeiro “*uma oportunidade perdida?*” (BARRÈRE, 1993, p. 35). Em nenhuma hipótese, a Rio-92 poderia ser considerada a parte final do processo, mas uma etapa de negociação internacional complexa, seja como evolução das decisões econômico-ambientais, seja como aprofundamento do controle da natureza nos territórios periféricos. Para Leila da Costa Ferreira, “*a Eco 92, longe de ser a culminação de um processo, é apenas parte do começo*” (FERREIRA, *op. cit.*, p. 57), e por isto, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, foi o corolário de uma geopolítica pautada no que podemos denominar de *problemática ambiental contemporânea*, que perpassou, entre outros momentos, a Conferência de Estocolmo, a criação da Comissão Brundtland e publicação do relatório “*Nosso Futuro Comum*”. Não se trata de um acontecimento relegado ao passado: na verdade, a Rio-92 permanece presente na *Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável*, e viva na multiplicação das Agendas 21 Locais em todo o mundo. Com a realização da Rio + 20, torna-se mister a realização de um balanço de vinte anos de uma conferência fundamental para a compreensão não somente da Ordem Ambiental Contemporânea, mas também da própria ordem mundial da globalização.

A Conferência do Rio de Janeiro – 1992 e a “Geopolítica da Paz”

Yves Lacoste (1988) afirmou que a geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Afinal, a guerra é um profundo exercício de geografia, que envolve conhecimento detalhando de territórios e, conseqüentemente, a precisão cartográfica, não somente nas batalhas empreendidas, mas no controle dos homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade. A geografia serve

também para fazer a *paz*, e que esta também pode ser utilizada como estratégia de controle de territórios. Neste caso, também é importante o conhecimento do território e sua leitura cartográfica precisa, além da força da ação do Estado através, particularmente, de artifícios diplomáticos.

Uma conferência nos moldes da Rio-92 é capaz de desencadear transformações espaciais e, por conseguinte, ser avaliada geopoliticamente. Para José Pedro Soares Martins (2002), “*as Conferências das Nações Unidas e os seus documentos finais respectivos sempre refletem o equilíbrio de forças internacionais no momento em que foram realizadas*”. Em um momento de compressão espaço-tempo (HARVEY, 2004), onde a aceleração é a tônica do movimento de ideias, pessoas, mercadorias, informações e capitais, o estudo do que é aparentemente efêmero adquire significativa importância para o entendimento da realidade.

Assim, com o fim da Guerra Fria, segundo Alberto I. Glender Rivas (1994), acreditava-se que se liberariam os recursos destinados aos gastos militares para alocá-los em uma grande cooperação internacional para o desenvolvimento, a proteção do meio ambiente e a paz duradoura. Depois da Conferência do Rio de Janeiro, ficou perceptível que os recursos financeiros internacionais não seriam significativamente investidos nesta direção, e que não haveria inovação no processo de transferência tecnológica e tampouco se constituiria um marco institucional para tornar factíveis estes propósitos. Se o período marcado pelo fim da *Guerra Fria*, cuja lógica bipolar entre Estados Unidos e a antiga União Soviética se havia impregnado, foi paulatinamente substituído pela égide da *Globalização*, impulsionada pela dinâmica de mercados, novas tecnologias e revolução das comunicações (LAREDO, 2001), isto não acarretou uma transformação profunda na ordem mundial de controle dos territórios periféricos, e tampouco no *modus operandi* econômico do capitalismo mundial.

A confiança na capacidade de crescimento da economia mundial, graças às novas oportunidades de investimento, com a abertura dos mercados dos países do Leste Europeu, bem como o desenvolvimento do neoliberalismo em países de porte médio, como Chile, Malásia e Cingapura (LAGO, 2007), aumentou o abismo entre ricos e pobres, e não consolidou a efêmera esperança de dias melhores. Exatos 500 anos após a primeira viagem de Colombo à América, que significou a criação de

uma nova ordem mundial, a Rio-92 carregou consigo também o anúncio de uma nova ordem mundial (EIR, 2001), que não se mostraria necessariamente mais justa e equável socialmente.

A Rio-92 permite uma leitura profícua do que John Bellamy Foster e Brett Clark (2006), inspirados em Alfred Crosby (2002), denominam *“Imperialismo Ecológico”* –uma *“ambientalização da geopolítica”*, nas palavras de Joan Nogué Fonte e Joan Vicente Rufí (2006) – que envolve desde o saque de recursos de certos países por outros até mesmo a descarga de dejetos ecológicos que amplia a fenda entre centro e periferia. A retomada do conflito Norte-Sul ficou flagrante na conferência, o que atestou a permanência dos Estados e a validade de se manter a soberania, justamente em um momento que se discutia o Estado-mínimo na perspectiva neoliberal-globalizacional. A *“geopolítica da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável”* está devidamente inserida no contexto da globalização econômica e no processo de naturalização da *“mercantilização da natureza”* (LEFF, 2001 e 2002).

A questão ambiental não deve ser examinada como um desenvolvimento que se reduz a explorar recursos não-renováveis de maneira parcimoniosa, mas consiste em se tentar compreender a complexidade de um processo que impõe a ideologia do desenvolvimento sustentável efetivada durante a realização da Rio-92. Houve, sem dúvidas, um enriquecimento do debate sobre meio ambiente em diferentes esferas, como a governamental, não-governamental, empresarial, acadêmica e científica, porém não se alterou a forma de apropriação e de produção do espaço e não se efetivou, pelo menos até o momento, a *utopia da sociedade sustentável*.

A problemática ambiental contemporânea extravasa completamente a questão dos recursos não-renováveis. Se Cutlher J. Cleveland e Mathias Ruth (1997), que citam Georgescu-Rogen e sua análise sobre as tecnologias “prometéicas” (algo como libertadoras), comparam a invenção do motor à combustão com a descoberta do fogo, ressaltando a significação econômica e ambiental do amplo excedente de energia proporcionado pelas tecnologias de combustíveis fósseis, ficou patente durante a Conferência do Rio de Janeiro, o grande abismo técnico entre centro e periferia – um verdadeiro *“apartheid*

tecnológico” (BECKER, 1992) –, que implicou em embates profundos da soberania territorial sobre as riquezas naturais, uma vez que o domínio intelectual pelos países centrais sob a forma de patentes já se mostrava deveras profícuo. As tecnologias “prometéicas” de hoje estão sendo elaboradas nas comunidades tradicionais da Amazônia, por pessoas simples que não possuem condições de registrá-las em cartórios ou transformá-las em estudos acadêmicos, mas estão gerando imensos lucros para aqueles que detêm o aparato jurídico-acadêmico de apropriação indevida de saberes. Darrel Posey (1997) e Marcelo Dias Varella (1998) citam a ação de empresas como *Shaman Pharmaceuticals* e *The Body Shop* na apropriação de saberes tradicionais, e apontam a economia de até 40 % de custos com pesquisas e desenvolvimento através da atuação dos garimpeiros da biodiversidade, que não estão apenas à procura de genes, mas também à procura da informação existente nas comunidades indígenas e locais. Concordamos com Carlos Walter Porto-Gonçalves (2008) quando este afirma que a usurpação de riquezas naturais nos países periféricos não se trata de pirataria (ou somente biopirataria), mas sim de *etnobiopirataria*, o que implica afirmar que a defesa contra esse roubo deva ser a defesa, ao mesmo tempo, desses povos e não simplesmente da floresta. Se estivermos vivendo uma nova “*descoberta do fogo*”, ela não está sendo elaborada em grandes centros acadêmicos e laboratórios avançados, mas no âmago da floresta, fruto da interação orgânico-metabólica entre homem e natureza.

O Uma reflexão necessária: Pensando a Rio-92 vinte anos depois

José Augusto Lindgren Alves (2001, p. 67) aponta que “*a Rio-92 estabeleceu o modelo para as demais conferências sobre temas globais no formato, nos documentos finais e na forma de abordagem dos assuntos*”. No formato, por envolver a sociedade civil em eventos paralelos; nos documentos finais, por adotar texto declaratório curto e de fácil leitura; e na forma de abordagem, por integrar temáticas, configurando uma espécie de sistema, em que as decisões de cada conferência afetariam as demais¹. A Rio-92 se tornou tão importante que suas

¹ Entre as conferências influenciadas pela Rio-92, segundo Alves (2001), podemos destacar: a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, em 1993; a Conferência do Cairo sobre População e

REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.420-433, 2013. (ISSN – 2237-1419) 424

congêneres quinquenais receberam epítetos de “Rio + 5” (realizada entre 13 e 19 de março de 1997, também na cidade do Rio de Janeiro)², “Rio + 10” (*Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*) que ocorreu entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, em Johannesburgo, África do Sul) e “Rio + 20”³, entre 13 e 22 de junho de 2012, novamente na cidade do Rio de Janeiro.

De fato, a concepção de desenvolvimento sustentável se consolidou, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 1992, como um importante mecanismo de ação de diversos sujeitos sociais, dos Estados em suas múltiplas escalas às empresas de diferentes portes, dos ativistas sociais envolvidos em ONGs, associações de moradores e sindicatos aos programas de pós-graduação de universidades, da educação ambiental nas escolas, em diferentes segmentos de ensino, aos cadernos especializados da grande mídia. O desenvolvimento sustentável, como ideologia e como prática seletiva – *uma vez que se extrai da Agenda 21 o que mais diretamente interessar, ou seja, o que gerar maiores lucros ou simplesmente melhor propaganda* –, avançou a passos largos no Brasil e no mundo. O desenvolvimento sustentável, segundo Gustavo Lins Ribeiro (1992), se tornou o núcleo duro da reforma utopista ambiental, o que gerou a proliferação de termos multiplicadores da concepção de desenvolvimento sustentável, como crescimento sustentável, cidades sustentáveis e culturas sustentáveis (BAKER, 2006).

Mas, finalmente, se sugere como o corolário da crise ecológica o aumento da desigualdade ambiental e, conseqüentemente, o aumento do conflito ambiental (SABATELLA). A crise “*é uma combinação de risco e de oportunidade*”, nos ensina Arlete Moysés Rodrigues (1993, pp. 06-07), que ainda faz uma alerta: “*a produção material da vida tem como paradoxo a destruição de algumas das pré-condições para esta mesma produção*”, pois “*o ciclo de vida de uma mercadoria é muito maior*

Desenvolvimento, em 1994; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague, no ano de 1995; a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, também em 1995; e a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, ou Habitat-II, em Istambul, no ano de 1996. Elas formam o chamado Ciclo Social de Conferências da ONU.

² Rio+5, promovida pelo Conselho da Terra, foi a 5.^a Reunião Internacional da Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Sessão Especial da Assembleia da ONU, em abril e junho de 1997.

³ Também ocorreu uma “Rio + 15”: tratou-se de uma reunião de pequeno porte e sem a chancela da ONU, realizada nos dias 19 e 20 de setembro de 2007, no Copacabana Palace – Rio de Janeiro, reunindo 100 representantes dos setores empresarial, político, acadêmico e de outras organizações.

para a ecologia que para a economia” (PENNA, 2002). A crise ambiental, acima de tudo, se tornou uma oportunidade de obtenção de maiores lucros com a problemática ambiental contemporânea, ainda que David Harvey (2006a) alerte para que *“atitudes presunçosas de domínios prometéticos contrastam com as de humildade diante das titânicas e prodigiosas forças da natureza”*. Se os problemas ambientais atuais apresentam riscos para a sobrevivência da humanidade, não é a combinação entre *“desenvolvimento sustentável”* e *“economia verde”* que irá evitar isso.

Entretanto, afinal, qual o modelo de sociedade alternativa à proposta do desenvolvimento sustentável? Qual o modelo de desenvolvimento poderá incluir inclusive as camadas de trabalhadores de baixos salários? Tentando responder a estas indagações, Denis Goulet (1997, p. 78) indica um *desenvolvimento autêntico*, *“como aquele em que uma sociedade fornece um nível ótimo de sustentação de vida, de estima e liberdade para todos os membros”*; Richard Norgaard (1997) fala em *“escolhas morais”* no que tange os direitos das gerações presentes *versus* os das futuras; David Barkin (1999) alude a um *“desenvolvimento popular sustentável”*; Roque Juan Carrasco Aquino e Helena Andrés Calderón (2011) argumentam em prol de um *“desenvolvimento socialmente necessário e suficiente”* (DSNS); por fim, talvez seja necessário caminhar do *“desenvolvimento sustentável”* à *“sociedade sustentável”* (SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007), algo próximo ao utopismo praticado no Fórum Global, através de seus debates durante a realização da Rio 92.

Em verdade, primeiramente é importante compreender que *“a natureza é uma parte da história, um objeto da história”*, e conseqüentemente, a *“libertação da natureza”* não pode significar *“o retorno a um estágio pré-tecnológico, mas um avanço no uso das realizações da civilização tecnológica para libertar o homem e a natureza do abuso destrutivo da ciência e tecnologia a serviço da exploração”* (MARCUSE, 1973, p. 64). Há uma complexidade profunda no enfrentamento entre a velocidade e magnitude das transformações atuais, contra os tempos lentos de resposta dos sistemas naturais (GUIMARÃES, 2003), o que cria um profundo descompasso técnico entre o *“tempo da natureza”* e os *“tempo do homem”*. *“A problemática ambiental contemporânea permite uma redescoberta do espaço”*

(RODRIGUES, 1994), na construção de alternativas através do entendimento da produção e reprodução do espaço geográfico.

Para realizar tal empreendimento, é necessário aperfeiçoar a crítica aos pressupostos do viés estritamente econômico do desenvolvimento sustentável, e pensar na melhoria da articulação das questões que envolvem a utilização da natureza, o papel dos trabalhadores e das comunidades tradicionais. Criar novos “*espaços de esperança*” – *espaços onde construir a utopia seja a tônica de transformação* – em lugar das simples discussões diplomáticas onde predominam intransigências e subserviência aos motores da geração de lucro internacional.

É também uma exigência pensar os mecanismos de financiamento ambiental para além das estruturas do “Banco Mundial” e suas instâncias organizativas, de maneira que os meios de implantação devam perpassar pela construção de verdadeiras redes de solidariedade social. Assim, há que se percorrer o caminho inverso das corporações multinacionais, e também das ONGs multinacionais, com feições empresariais e proposições midiáticas que por vezes atrapalham o debate na escala do lugar. Assim, é necessário que o “*não-governamental*” se transforme em uma alternativa ao Estado-Nação, e não em uma forma neoliberal adequada a perfazer os mesmos ditames do mercado em prol de suas intenções.

Por fim, é fundamental que a geração futura seja fruto de uma geração que soube construir melhor o seu *presente*. Há no termo necessidade uma delicadeza que não possui sinônimo: captar esta delicadeza é o grande desafio de analisar criticamente a complexidade do mundo atual. Enquanto ainda existir em qualquer continente, país, região ou cidade alguém que não tenha condições de satisfazer suas necessidades mais emergenciais – alimentação, moradia, vestuário, educação, saúde – é porque ainda existe uma dívida com a geração presente a ser devidamente quitada. Este é, sem dúvida, o nosso mais importante e inexorável desafio. E que na Rio + 20 o diálogo entre a reunião das delegações oficiais e a Cúpula dos Povos (no Aterro do Flamengo) possa caminhar no interesse de superá-lo.

Prólogo: Rio + 20 – Decepção ou confirmação das desconfianças?

Ao contrário da ideia de decepção e fracasso alardeada após o final da Rio + 20, é possível afirmar que esta conferência apenas confirmou algumas desconfianças que emergiram neste intermezzo de duas últimas décadas que a separam da Eco-92: [1] O desenvolvimento sustentável não se refere a uma ruptura do modelo hegemônico de produção de mercadorias, mas trata-se não mais que um ajuste ecológico da máquina econômica capitalista; logo, a adoção da “Economia Verde” revela definitivamente a conciliação economia – ecologia sob os auspícios da ONU; [2] Houve uma saturação da questão ambiental, tratada geralmente de maneira catastrofista, na grande mídia, o que se tornou ainda mais evidente com a cobertura em “tempo real” da Rio + 20, através de estúdios ambientados nos espaços de debates e eventos, tanto na Cúpula das Delegações quanto na Cúpula dos Povos; [3] Consolidou-se uma desconfiança prévia destes mega-encontros diplomáticos, seja pela mera descrença sobre a política (e sobre os políticos), seja pela certeza da incapacidade de eventos deste porte de resolver os problemas mais cadentes da humanidade; [4] Algumas medidas de cunho econômico-ambiental há muito tempo discutidas não serão implementadas em curto prazo se dependerem de acordos firmados nestas grandes conferências. Como exemplo, novamente a constituição de um Fundo Verde não logrou sucesso, sendo mantido o *Global Environmental Facility* (GEF), inserido no Banco Mundial e sujeito à lógica das instituições de Bretton Woods; [5] A aceitação inequívoca e universal dos princípios do desenvolvimento sustentável pelas maiores empresas do mundo não significou mudanças estruturais, mas sim a vulgarização de experiências de obtenção de lucros a partir de inventos tecnológicos anti-contaminantes. Em um verdadeiro *show-room* empresarial, todos os países participantes apresentaram pavilhões com *stands* contendo as mais diferentes possibilidades de adoção de princípios de sustentabilidade pelos seus governos em suas múltiplas esferas (do governo cidadão à esfera federal) e das maiores empresas do mundo; e [6] por fim, as ONGs e movimentos sociais de cunho ambientalista não consolidaram discursos alternativos à sustentabilidade, e se dividem entre aquelas que estão cooptadas pelo

discurso hegemônico e adotam práticas empresariais e outras que praticam um radicalismo discursivo ingênuo e pouco efetivo.

Assim, a Rio + 20 não conseguiu romper com a estética da festa (OLIVEIRA, 2011a), e se “*a história se repete como farsa*” (MARX & ENGELS, 2001), a Cúpula dos Povos se mostrou uma caricatura da Eco-92, com o sentimento de perda de capacidade de transformação. O fato das ONGs se consolidarem como importantes atores aceitos em termos gerais pelo regime internacional (ALTVATER, 1999) não impediu uma ação mais incisiva das mesmas. A Cúpula dos Povos novamente legitimou – ainda que à revelia – as decisões tomadas no Riocentro, auferindo a toda conferência um estigma de “*Festa do Meio Ambiente*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTVATER, Elmar. Reestructuring the space of democracy. The effects of capitalist globalization and the ecological crisis on the form and substance of democracy. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, SP, Ano II, n.º 03 e 04, NEPAM / UNICAMP, 1.º Semestre de 1999.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e Temas Sociais: A Década das Conferências**. Brasília, DF: IBRI / FUNAG, 2001.

AQUINO, Roque Juan Carrasco; CALDERÓN, Hena Andrés. ¿Existen... perspectivas para la sustentabilidad? In: **3º Congreso Internacional por el Desarrollo Sostenible y el Medio Ambiente**, Manizales, Colômbia, Agosto 27-29 de 2008. 2011.

BAKER, Susan. **Sustainable Development**. London, New York: Routledge — Taylor e Francis Group, 2006.

BARKIN, David. Superando el paradigma neoliberal: desarrollo popular sustentable. In: GIARRACA, Norma. **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, Marzo de 2002 (también en: **Cuadernos de Desarrollo Rural**. Bogotá, n.º 43, Facultad de Estudios Ambientales y Rurales Pontificia Universidad Javeriana, 2.º Sem, 1999.

- BARRÈRE, Martine. Fórum Global: O Norte, o Sul e a Opinião Pública. In: CORDELLIER, Serge; LAPAUTRE, Catherine. (Orgs.). **O Mundo Hoje / 1993: Anuário Econômico e Geopolítico Mundial**. São Paulo: Ensaio, 1993.
- BECKER, Bertha Koinffman. Eco-92: Primeira avaliação da conferência [Debate]. **Política Externa**. São Paulo, Vol. 1, N.º 2, Paz e Terra, Setembro / Outubro / Novembro, 1992.
- CLEVELAND, Cutlher J.; RUTH, Mathias. Capital humano, capital natural e limites biofísicos no processo econômico. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: A expansão biológica da Europa: 900-1900**. 2.^a reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- EIR (EXECUTIVE INTELLIGENCE REVIEW). **A Máfia Verde: O Ambientalismo a serviço do Governo Mundial**. 3. ed. Rio de Janeiro: EIR, 2001.
- FERREIRA, Leila da Costa. O Ambientalismo após a Eco-92. **Ideias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Campinas, ano 2, n.º 1, Janeiro / Junho de 1995.
- FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Editores). **O Novo Desafio Imperial**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- GOULET, Denis. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- GUIMARÃES, Roberto Pereira. La ética de la sustentabilidad y la formulación de políticas de desarrollo. In: ALIMONDA, Héctor (Comp.). **Ecología Política**. Naturaleza, Sociedad e Utopía. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2003.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1988.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio de Janeiro, Johannesburgo: O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 2007.

LAREDO, Íris Mabel. Globalización – Fragmentación – Regionalización. In: LIMA, Marcos Costa. **O Lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Editora Cortez, 2001. MARTINS, José Pedro Soares. **A Década Desperdiçada: O Brasil, a Agenda 21 e a Rio + 10**. Campinas, SP: Editora Komedi, 2002.

LEFF, Enrique. **La Geopolítica de la Biodiversidad y el Desarrollo Sustentable**. Ponencia-Borrador presentada a la Ila Conferencia de CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales). Guadalajara, México, 2001. E também: LEFF, Enrique. La Geopolítica de la Biodiversidad y el Desarrollo Sustentable: Economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir. **La guerra infinita – Hegemonía y terror mundial** (p. 191-216). Buenos Aires: CLACSO, 2002.

MARCUSE, Herbert. **Contra-Revolução e Revolta**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NORGAARD, Richard. Valoração ambiental na busca de um futuro sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia**, 2006. 204 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2006.

———. **A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)**, 2011. 283 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP, 2011a.

———. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD – 1992 (Eco-92): entre o Global e o Local, a Tensão e a Celebração. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa – PR, v. 2, nº 1, p. 43 – 56, jan./jun. 2011b.

PENNA, Carlos Raja Gabaglia. Considerações sobre Desenvolvimento Sustentável. In: FONSECA, Denise Pini Rosalem da; SIQUEIRA, Josafá Carlos da. **Meio**

Ambiente, Cultura e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Sette Letras / Historia y Vida, 2002.

POSEY, Darrel A. Exploração da biodiversidade e do conhecimento indígena na América Latina: desafios à soberania e à velha ordem. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Temporalidades amazônicas: uma contribuição à Ecologia Política. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, PR, n.º 17, p.21-31, Editora UFPR, jan./jun. 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: Nova Ideologia / Utopia do Desenvolvimento. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; FAUSTO, Carlos; RIBEIRO, Lúcia. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Reprodução: visões da Eco-92.** Série Textos de Pesquisa 2. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa / ISER, 1992.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Novas práticas e novas matrizes discursivas? In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mônica (orgs.). **O Novo Mapa do Mundo. Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

———. A questão ambiental e a (re) descoberta do espaço: uma nova relação sociedade/natureza? **Boletim Paulista de Geografia**, n.º 73, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros – São Paulo, 1994, pp. 35-71.

RUIVO, Mário. “Balanço e Perspectivas da Eco-92 — Do Crescimento Zero a um Desenvolvimento Sustentável”. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92.** Lisboa: Edições Colibri, 1993.

SABBATELLA, Ignacio. Crisis ecológica y subsunción real de la naturaleza al capital. **Íconos, Revista de Ciencias Sociales.** No. 36, Quito, Ecuador: Enero 2010, pp. 69-80.

RIVAS, Alberto I. Glender. Las Relaciones Internacionales del Desarrollo Sustentable. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo.** México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel C. de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VARELLA, Marcelo Dias. **Proteção Jurídica da Biodiversidade: Recursos genéticos e desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 1998.